

-----**ACTA**-----

-----**DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 16 DE OUTUBRO DE 2006**-----

-----Aos dezasseis dias do mês de Outubro de dois mil e seis, nesta cidade de Almeirim e na Sala de Reuniões do Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Almeirim, encontrando-se presente a Chefe de Repartição, Graciete Maria do Pereiro Romão, compareceram para a reunião de hoje, os membros da Câmara deste Concelho, Excelentíssimos Senhores:-----

-----Presidente da Câmara, José Joaquim Gameiro de Sousa Gomes, Vice-Presidente Francisco Manuel Maurício do Rosário e Vereadores Maria Manuela dos Santos Ferreira Cunha, Pedro Miguel César Ribeiro, Maria Joana Vidinha Batista e Morais Silvestre, Pedro Miguel Sirgado Pisco dos Santos e José Carlos da Silva.---

-----Sendo quinze horas assumiu a presidência o Senhor Presidente da Câmara, após a que os restantes autarcas tomaram os seus lugares, tendo aquele declarado aberta a reunião.-----

-----**5 - DELIBERAÇÕES DIVERSAS**-----

-----TRANSPORTE ESCOLAR - A Sr<sup>a</sup> Vereadora Joana Silvestre apresentou a comunicação do Gabinete de Acção Social reportando a situação do agregado familiar da aluna Verónica Alexandra Rodrigues Cordeiro, que necessita lhe seja concedido o passe escolar de Paço dos Negros para Almeirim, onde frequenta a Escola Secundária.-----

-----A Câmara deliberou custear o passe escolar, a título excepcional.-----

-----AUXÍLIOS ECONÓMICOS - A Sr<sup>a</sup> Vereadora Joana Silvestre apresentou a relação dos Auxílios Económicos com a inclusão, devidamente identificada, de alunos não contemplados na primeira fase de atribuição por falta de apresentação de documentos probatórios e que, após contestação dos mesmos, veio a ser constactado o estado de carência com justificação da falta dos documentos. Por esse motivo propõe a concessão dos referidos

auxílios a sete alunos do Agrupamento Escolar de Almeirim e Tapada, todos do escalão A e a nove alunos do Agrupamento de Escolas de Fazendas de Almeirim, também todos pelo escalão A.---

-----A mesma autarca apresentou ainda a comunicação do Gabinete de Acção Social respeitante à revisão da situação do aluno João Eduardo Rodrigues dos Santos, cujo pedido de auxílio económico foi indeferido e que, por motivo de alteração económica do seu agregado familiar, apresenta agora condições para que o pedido lhe seja deferido.-----

-----A Sr<sup>a</sup> Vereadora comunicou que, em relação a todos os pedidos apresentados com destino à atribuição destes auxílios, existem documentos de prova e de análise, que, pelo seu volume, não foram aqui trazidos e se encontram nos serviços, à disposição dos restantes membros do executivo.-----

-----A Sr<sup>a</sup> Vereadora Manuela Cunha afirmou que não foram presentes à reunião de Câmara de dezoito de Setembro as listas dos auxílios económicos, nem foi dada a informação que consta da respectiva acta, antes, o que foi informado foi a possibilidade destes auxílios passarem para as Juntas de Freguesia. E disse que gostava de saber se as intervenções da Sr<sup>a</sup> Vereadora Joana Silvestre se tratam de informações ao executivo ou se destinam a deliberação, já que o que está a fazer é uma informação à Câmara e mais nada. Com certeza não está a pedir para avalizar uma informação, de que não temos bases para analisar. Se está a pedir o seu aval à decisão da Sr<sup>a</sup> Vereadora, não dispõe de base para fundamentar uma posição própria e assim, recebe as intervenções como informação à Câmara; se é para deliberar, vota contra e faz voto de vencido, porque a Vereadora leu aqui uma informação referindo que haveria por parte dos alunos contestação pela não atribuição de auxílios económicos e não lhe é a si, nem aos restantes membros, apresentado nenhum argumento nem documento com a contestação desses alunos, nem com a contra-argumentação à contestação dos mesmos. Por isso não se considera em condições mínimas para poder avaliar se é a Vereadora Joana que tem razão, ou se são os alunos que contestaram.-----

-----A Sr<sup>a</sup> Vereadora Joana Silvestre referiu que exerce funções como autarca há nove anos e a Sr<sup>a</sup> Vereadora Manuela Cunha, há cinco anos, tendo, durante todo este período, o processo de atribuição dos auxílios económicos decorrido sempre da mesma maneira e sempre informou, pelo facto de serem muitos dossiers, com centenas de documentos, que se encontravam para consulta nos serviços, presentemente no Gabinete de Acção Social. Este assunto foi sempre, nestes moldes, objecto de deliberação de Câmara, tal como foi presente e deliberado na reunião de dezoito de Setembro.-----

-----A Sr<sup>a</sup> Vereadora Manuela Cunha disse que a Sr<sup>a</sup> Vereadora Joana Silvestre respondeu aqui, a uma pergunta sua, que ainda não sabia o preço dos monoblocos colocados nas escolas e agora, após instalação dos mesmos, ainda não respondeu à pergunta sobre o preço e porque foi escolhido aquele fornecedor e não outro.---

-----A autarca visada referiu que a pergunta não lhe foi posta a si, mas ao Sr. Vice-Presidente, que dirigia a reunião.-----

-----REFEIÇÕES NAS ESCOLAS - O Sr. Vereador Pedro Pisco dos Santos, a propósito do Dia Mundial da Alimentação que nesta data decorreu, perguntou como está a decorrer o fornecimento de refeições aos alunos das escolas.-----

-----O Sr. Presidente respondeu que decorre normalmente. Houve uma questão colocada pelos pais de Benfica do Ribatejo que foi transmitida à empresa e será sujeita a averiguação e à introdução das correcções que forem devidas. Não se tratava de qualquer anomalia, apenas uma alteração da ementa e foram substituídos alimentos, por precaução.-----

-----Ausentou-se a Sr<sup>a</sup> Vereadora Joana Silvestre.-----

-----AUTOCARROS - A Câmara deliberou contabilizar os custos com deslocações dos autocarros, ao serviço das seguintes entidades:-

-----Grupo de Funcionários da Câmara Municipal de Almeirim - mil trezentos e sessenta e cinco euros e oitenta e cinco cêntimos;

Rancho Folclórico da Velha Guarda de Almeirim - trezentos e oitenta e nove euros e noventa e dois cêntimos; Manuela Evangelista - quinhentos e sessenta e um euros e setenta e seis cêntimos; Fraterna Ajuda Cristã - duzentos e sessenta e oito euros e sessenta e um cêntimos; Colónia Balnear da terceira idade - quinhentos e quarenta e seis euros e oitenta e dois cêntimos; Lar de São José - trezentos e sessenta e sete euros e vinte e oito cêntimos; ALDESC, EM - cento e oitenta e quatro euros e oitenta e sete cêntimos; e Estabelecimento Prisional de Alcoentre, pelo transporte de reclusos ao serviço da Câmara - dois mil novecentos e quarenta euros e quinze cêntimos.-----

-----BOMBEIROS VOLUNTARIOS DE ALMEIRIM - A Câmara tomou conhecimento do convite da Associação dos Bombeiros Voluntários de Almeirim para o almoço de encerramento da Campanha de Verão, que terá lugar no dia vinte e um do corrente mês, no Quartel da Associação.-----

-----O Sr. Vereador Pedro Ribeiro convidou o restante executivo para um jantar com fados, que decorrerá no dia três de Novembro no Salão Moinho de Vento, nesta cidade.-----

-----A Sr<sup>a</sup> Vereadora Manuela Cunha sugeriu, caso esteja prevista a assinatura de algum protocolo por ocasião do almoço dos Bombeiros acima referido, que o apresentem antecipadamente a esta Câmara, a fim de que os restantes membros não sejam apanhados desprevenidos.-----

-----ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS - O executivo tomou conhecimento da circular da Associação Nacional de Municípios que anuncia o Debate da Lei das Finanças Locais que vai ocorrer na RTP, no Programa Prós e Contras, no dia dezanove de Outubro.-----

-----ACUSAÇÕES CONTRA AUTARCAS DE ALPIARÇA - Foi presente o ofício da Câmara Municipal de Alpiarça dando conhecimento que o Ministério Público junto do Tribunal da Comarca de Santarém e o

Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria determinaram o arquivamento dos processos que decorriam contra o seu Presidente da Câmara, por acusações da CDU à IGAT de alegadas ilegalidades em benefício do próprio Presidente, seus familiares e Vereadores. Este ofício é acompanhado de comunicação à Assembleia Municipal de Alpiarça que contextualiza as acções de denúncia, a publicidade em jornais nacionais e regionais e as resoluções dos Tribunais, que concluíram não haver ilicitude nos factos atribuídos aos membros do executivo.-----

-----O Sr. Vice-Presidente propôs que este executivo manifeste à Câmara Municipal de Alpiarça o seu repúdio pelas acções continuadas de terrorismo contra a propriedade de vários autarcas e contra o património municipal que se têm verificado naquele Concelho, nomeadamente os danos na viatura de uma Vereadora, a destruição pelo fogo da viatura de um Deputado Municipal, que lhe é indispensável por ser amputado dos membros inferiores, e fogo posto em instalações contíguas às municipais.-----

-----O Sr. Vereador Pedro Ribeiro propôs a aprovação de um voto de solidariedade para com os eleitos municipais de Alpiarça que têm sido vítimas de terrorismo urbano.-----

-----A Sr<sup>a</sup> Vereadora Manuela Cunha acrescentou que estas propostas devem ser extensíveis aos ataques aos cartazes do PCP e do PSD durante a campanha eleitoral, no Concelho de Almeirim.-

-----Submetidas à votação as propostas do Sr. Vice-Presidente e do Sr. Vereador Pedro Ribeiro, foram ambas aprovadas por maioria, com os votos contra dos Srs. Vereadores Manuela Cunha e Pedro Pisco dos Santos.-----

-----O Sr. Vereador Pedro Pisco dos Santos apresentou a seguinte declaração de voto: «Voto contra a aprovação destas propostas por desconhecer os factos que deram origem e motivaram a carta do Sr. Presidente da Câmara de Alpiarça. Considero que a palavra terrorismo urbano poderá ser demasiado forte para as circunstâncias que ocorreram na vila de Alpiarça. Terrorismo, sim, é o que se passou em Espanha, no onze de Março, onde os

espanhóis assistiram a um dos maiores ataques ao povo espanhol, ocorridos em território espanhol».

-----A Sr<sup>a</sup> Vereadora Manuela Cunha declarou: «Voto contra e faço voto de vencido por não ter o privilégio de ter acesso a nenhuma informação secreta da polícia que me dê conhecimento de terem ocorrido actos terroristas contra Vereadores da Câmara Municipal de Alpiarça. O que eu sei pela leitura de um jornal, é que o carro de um membro da Assembleia Municipal foi danificado e ele próprio diz que já lhe aconteceu várias vezes. Por outro lado, creio que as deliberações e moções aprovadas num órgão executivo de uma Câmara são de grande responsabilidade. Por isso, não posso de maneira alguma aprovar algo que utiliza a palavra terrorismo sem que, de facto, esse acto hediondo tenha sido provado. Quanto ao vandalismo que o membro da Assembleia Municipal de Alpiarça sofreu no seu carro, condeno, como condeno todos os actos de vandalismo contra pessoas e bens, cada vez mais comuns no nosso Concelho e limítrofes, e teria gostado de ver o Vereador Pedro Ribeiro, proponente deste voto de solidariedade, ter proposto o mesmo quando materiais de campanha eleitoral da CDU e do PSD foram danificados. Para findar, espero ver o Vereador Pedro Ribeiro ir daqui directamente para a sede da Polícia Judiciária, propor-se como testemunha em relação aos actos de terrorismo dos quais teve conhecimento e os quais insinuou estarem ligados à sentença do Tribunal relativa a um assunto sobre o qual o Sr. Presidente da Câmara de Alpiarça mandou uma carta, hoje lida nesta reunião».

-----O Sr. Vice-Presidente declarou: «Voto a favor porque considero que a intimidação com violência aos titulares de um órgão de soberania pode ser considerada um acto terrorista. Entendo que todos devíamos tomar a mesma posição, na salvaguarda dos mais elementares direitos que nos assistem, enquanto eleitos locais».

-----O Sr. Vereador Pedro Ribeiro referiu que teve conhecimento dos factos só parcialmente invocados e que determinaram a sua posição, pelos jornais, sem qualquer conhecimento privilegiado,

como aqui foi sugerido. Considera este tipo de acções intimidatórias contra os que foram eleitos, totalmente inaceitáveis. E acrescentou, quanto aos percalços da campanha eleitoral, que também vários cartazes do PS foram vandalizados, para não referir o facto da sede de campanha ter sido danificada e roubado material, com danos muito maiores.-----

-----PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS - A Câmara tomou conhecimento da Comunicação do Grupo Parlamentar do PCP, que anuncia uma audição pública sob o lema As Regiões de Turismo na Afirmação do Turismo em Portugal, no dia dezassete de Outubro, no Auditório Novo da Assembleia da República.-----

-----ORFEÃO DE ALMEIRIM - A pedido do Orfeão de Almeirim, a Câmara deliberou oferecer um almoço para cerca de oitenta pessoas no Refeitório Municipal, no dia dezasseis de Dezembro próximo, por ocasião da realização do Concerto de Natal.-----

-----HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DE ESTABELECIMENTOS - O executivo deliberou, por maioria, deferir o pedido de Modelo Continente Hipermercados, SA, com vista a manter o seu estabelecimento de Almeirim aberto ao público em horário normal no dia vinte e nove de Outubro corrente.-----

-----Votou contra a Sr<sup>a</sup> Vereadora Manuela Cunha.-----

-----TRANSFERÊNCIAS - A pedido das respectivas entidades, a Câmara deliberou atribuir as seguintes transferências financeiras:-----

-----À Associação de Defesa do Património Histórico e Cultural do Concelho de Almeirim, para os Jogos Florais e para a Exposição sobre As Actividades Laborais - mil e duzentos euros; Clube de Futebol de Benfica do Ribatejo, para a inscrição de atletas - setecentos e noventa e dois euros e subsídio em espécie com material desportivo no valor de seiscentos euros; Associação Desportiva Fazendense, para compra de equipamento

informático - mil euros; Secção de Pesca Desportiva do Hóquei Clube Os Tigres, para inscrição de atletas - quinhentos e setenta e três euros; e Associação de Dança Desportiva de Santarém, para a Final do Campeonato Nacional da modalidade a realizar em Almeirim - dois mil e quatrocentos euros.-----

-----Para a deliberação que segue ausentou-se da sala o Sr. Vereador Pedro Ribeiro.-----

-----Foi presente uma nota relativa ao espectáculo de fados que a Associação dos Bombeiros Voluntários de Almeirim vão realizar no próximo dia três de Novembro, para angariação de fundos e para o qual solicitaram apoio.-----

-----A Câmara deliberou atribuir a transferência de mil cento e sessenta euros.-----

-----O Sr. Vice-Presidente comunicou que a primeira página da próxima edição do jornal O Almeirinese refere que a Câmara de Almeirim atribui subsídios ao desbarato às colectividades desportivas e recreativas, com base na opinião dos Srs. Vereadores da oposição.-----

-----VENDA DE VIATURAS - PATRIMÓNIO - Foram presentes os pedidos de José Joaquim da Cruz Luzia Rodrigues e de Nuno Miguel Barros Santiago, solicitando cada um a venda de uma viatura Renault quatro L, em estado de sucata e consideradas irrecuperáveis, oferecendo o primeiro cem euros pela de matrícula OL-setenta-oitenta e dois e o segundo cinquenta euros pela de matrícula OX-zero, zero-oitenta e oito.-----

-----A Câmara deliberou vender as viaturas aos interessados e proceder ao seu abate ao Património.-----

-----PROGRAMA OTL - Foi presente a informação da Responsável pela Biblioteca comunicando que para o projecto de Organização de Tempos Livres de trinta crianças na Biblioteca Municipal Marquesa de Cadaval, da responsabilidade financeira do Instituto Português da Juventude, por vezes foi necessário aumentar os



turnos diários de cada monitora, cifrando-se o acréscimo temporal em vinte horas de Ana Rita Neri Gomes e dezanove horas de Ana Paula Pina Cardoso, pelo que propõe o pagamento à primeira de quarenta euros e à segunda de trinta e oito euros.--

-----O executivo deliberou pagar.-----

-----1 - OBRAS PARTICULARES-----

-----PROJECTO DE ARQUITECTURA - O Sr. Presidente deu conhecimento do despacho proferido no projecto de arquitectura do processo de obras abaixo identificado, ao abrigo da delegação de competências:-----

-----Libério & Cardoso, Lda - cento e quarenta e dois de dois mil e seis.-----

-----PROJECTOS GLOBAIS - O Sr. Presidente deu conhecimento dos despachos proferidos sobre projectos globais respeitantes aos processos de obras a seguir indicados, ao abrigo da delegação de competências:-----

-----Maria de Fátima Pereira dos Santos Nunes, cento e vinte e sete; Imoretalho - Gestão de Imóveis, SA, cento e setenta; Elvira Lucília Neves da Silva Muge, cento e setenta e oito; Joaquim Carapinha Botas Videira, cento e oitenta e cinco; Natália Maria Vital Lopes Pombas, duzentos e três; Cargostock - Comércio e Serviços Auto, Lda, duzentos e onze; e Banif - Banco Internacional do Funchal, SA, duzentos e quarenta e um, todos de dois mil e seis.-----

-----Esteve presente para prestar esclarecimentos quanto a dois projectos o Sr. Arqº António Forte.-----

-----3 - REQUERIMENTOS DIVERSOS-----

-----LOTEAMENTO DA RAPOSA - Foi presente o requerimento de Daniel Alexandre Mourisco solicitando autorização para fazer a transferência do lote número vinte e cinco da Raposa, de que é

proprietário, para Andreia Cristina Batista Matias da Cruz. É acompanhado de ofício da Junta de Freguesia respectiva, dando parecer favorável e informação da Chefe de Repartição.-----

-----A Sr<sup>a</sup> Vereadora Manuela Cunha manifestou-se contra a permissão para transmissão destes terrenos e disse que a Câmara devia usar o direito de preferência, tanto mais que não tem construção.-----

-----O Sr. Presidente disse que, desde o tempo do seu antecessor, as deliberações quanto à situação dos lotes do loteamento da Raposa, sempre foram tomadas por este executivo com respeito pelo parecer da Junta de Freguesia que, sendo o órgão mais próximo das populações, nos pode fornecer elementos sobre cada uma das famílias intervenientes nos actos de doação ou transferência de lotes. Neste caso está anexo um parecer favorável da Junta de Freguesia pelo que, em respeito por todas as minhas posições no passado, me leva a votar a favor.-----

-----A Sr<sup>a</sup> Vereadora Manuela Cunha referiu que o próprio parecer da Junta de Freguesia, se o considerarmos como base a uma deliberação, o valor que apresenta não é legal mas apenas opinativo e não informa se há mais pessoas interessadas pelo dito lote e em situação socialmente débil e que deveriam ser atendidas prioritariamente.-----

-----Submetido a votação, foi deferido o requerimento por maioria, com os votos contra dos Srs. Vereadores Pedro Pisco dos Santos e Manuela Cunha.-----

-----DIREITO DE SUPERFÍCIE / RATIFICAÇÃO - Foi novamente presente para ratificação o requerimento de Manuel João César Lúcio, solicitando autorização para vender o direito de superfície correspondente ao segundo andar direito do prédio número cento e quarenta e oito da Rua de Alpiarça, em Almeirim, e que foi deferido pelo Sr. Presidente a vinte e seis de Setembro passado.-----

-----O executivo deliberou, por maioria, ratificar a decisão do Sr. Presidente, com os votos contra dos Srs Vereadores Manuela

Cunha e Pedro Pisco dos Santos.-----

-----Este último Vereador justificou o seu «voto contra porque, por uma questão de princípio, considero que a Câmara Municipal de Almeirim deve tomar conhecimento de todos os elementos essenciais do negócio jurídico, na medida em que poderá exercer o direito de preferência caso se afigure necessária a aquisição desse imóvel, para fins habitacionais».-----

-----A Sr<sup>a</sup> Vereadora Manuela Cunha declarou subscrever a declaração de voto do Sr. Vereador Pedro Pisco dos Santos.-----

-----Às dezasseis horas e cinquenta minutos retomou o seu lugar a Sr<sup>a</sup> Vereadora Joana Silvestre.-----

-----ZONA DE ACTIVIDADES ECONÓMICAS - Foi presente o requerimento de Almeida & Companhia, Limitada, solicitando autorização para vender o lote número setenta e seis da Zona de Actividades Económicas, devido a dificuldades da empresa.-----

-----A Sr<sup>a</sup> Vereadora Manuela Cunha declarou que vota favoravelmente este pedido pela razão que, desta vez, o assunto foi agendado em Ordem de Trabalhos, o que lhe permitiu analisá-lo previamente.-----

-----O executivo deliberou autorizar a venda, mediante o pagamento das compensações a que se refere o Artigo cinquenta e quatro do Regulamento da Zona de Actividades Económicas.-----

-----4 - OBRAS MUNICIPAIS E FORNECIMENTOS-----

-----CRUZAMENTO DA AVENIDA 25 DE ABRIL COM A RUA CONDESSA DA JUNQUEIRA - O Sr. Presidente submeteu à apreciação o estudo de trânsito no cruzamento em título, que deverá continuar sem semáforos, da autoria da técnica municipal Fátima Lopes.-----

-----Após a análise de vários considerandos, a Câmara deliberou pedir à engenheira para repensar o projecto.-----

-----CONSTRUÇÃO DA CIRCULAR URBANA DE ALMEIRIM - 1º TROÇO -

ENTRE A EN 118 E O CCTT - Foi presente o Relatório da Comissão de Análise das Propostas ao Concurso Público para Construção da Circular Urbana de Almeirim - Primeiro Troço - Entre a Estrada Nacional cento e dezoito e o Centro Coordenador dos Transportes Terrestres e no qual propõe a adjudicação a Construções Vias Manso, Lda, na sua proposta condicionada, com prazo de cento e dezoito dias e pelo valor de quatrocentos e noventa mil oitocentos e quarenta e sete euros e trinta e cinco cêntimos, a que acresce o IVA.-----

-----A Câmara deliberou adjudicar a empreitada nos termos atrás referidos, por unanimidade.-----

-----A Sr<sup>a</sup> Vereadora Manuela Cunha ditou a seguinte declaração de voto: «Voto favoravelmente, fazendo fé na informação que é aqui dada pela Comissão de Análise, tanto relativa ao conteúdo das propostas e sua adequação às exigências do Caderno de Encargos, como ainda relativo ao facto de não ter havido contestação».-----

-----O Sr. Vereador Pedro Pisco dos Santos declarou: «Voto a favor da adjudicação ao concorrente seleccionado pela Comissão, dado que se encontram cumpridos os Artigos cem e cento e um do Decreto-Lei número cinquenta e nove de noventa e nove, de dois de Março».-----

-----CONCURSO PÚBLICO DE AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS NO ÂMBITO DE ACTIVIDADES DE ENRIQUECIMENTO CURRICULAR - INICIAÇÃO À APRENDIZAGEM DA LÍNGUA INGLESA - Foi presente a Acta do Júri do Concurso Público de Aquisição de Serviços no Âmbito de Actividades de Enriquecimento Curricular - Iniciação à Aprendizagem da Língua Inglesa, discriminando a pontuação dos concorrentes e a fórmula utilizada, após o que propõe a adjudicação ao concorrente Futurschool, pelo valor de setenta e três mil euros, isento do IVA.-----

-----O Sr. Vereador Pedro Pisco dos Santos manifestou a sua dúvida por ambos os concorrentes apresentarem zero por cento na formação específica.-----

-----O Sr. Vice-Presidente justificou a nota por qualquer das empresas só contratar professores depois de saber os resultados do concurso, não sendo avaliada a formação específica. Este dado não interfere com a qualidade porque as habilitações estão fixadas por Despacho do Senhor Secretário de Estado.-----

-----A Sr<sup>a</sup> Vereadora Manuela Cunha disse que «isto confirma que o meu entendimento estava correcto. Os Srs. introduziram no Caderno de Encargos uma exigência superior e viram que na prática era impossível de cumprir».-----

-----Submetido o assunto a votação, o executivo deliberou formular a intenção de adjudicar a aquisição de serviços de Iniciação à Aprendizagem da Língua Inglesa a Futurschool, Informática e Línguas, Ld<sup>a</sup>, com o preço de setenta e três mil euros, por maioria, com o voto contra dos Srs. Vereadores Manuela Cunha e Pedro Pisco dos Santos.-----

-----O Sr. Presidente declarou: «Voto a favor da proposta feita pela Comissão de Análise, por respeito pelo trabalho desenvolvido e pela necessidade de haver deliberação a muito curto prazo, para não prejudicar o andamento do ano lectivo. No entanto, manifesto alguma preocupação pelo facto da empresa ganhadora não ter curriculum nem experiência passada conhecida da Câmara, que nos garanta um trabalho de tão boa qualidade como a segunda empresa demonstrou no ano lectivo anterior. Esta afirmação vem-me dar razão, quando na aprovação dos critérios de avaliação eu defendi que se devia aumentar o peso do critério referido à competência dos concorrentes e não ao valor que viesse a ser apresentado.-----

-----A Sr<sup>a</sup> Vereadora Joana Silvestre disse que, embora faça parte da Comissão de Análise, comunga integralmente com o que o Sr. Presidente disse.-----

-----O Sr. Vice-Presidente declarou: «Voto a favor e concordo, na generalidade, com a declaração de voto do Sr. Presidente, no entanto quero referir, para memória futura, que se mais alguma vez tivermos necessidade de concursar alguma destas actividades de enriquecimento curricular, devemos estabelecer um preço

máximo de oitenta e três euros e trinta e três cêntimos por aluno, por cada disciplina e por ano, dado que pode ser complicado para gerir as disciplinas que não forem concursadas. Em relação à Futurschool, embora seja a primeira experiência desenvolvida no inglês, enquanto actividade de enriquecimento curricular do primeiro ciclo, é uma escola de línguas de Samora Correia, existente já há alguns anos. Enquanto Administrador da empresa ALDESC, EM, que tem preparado a actividade física desportiva e o ensino da música, quero salientar que sou completamente de opinião que todas as actividades devem ser geridas pela empresa municipal, pois só assim será garante de elevada qualidade de qualquer uma delas e de poder definir os critérios de contratação dos cerca de quarenta professores que ficarão ligados às três actividades, dando natural preferência aos nascidos neste Concelho».

-----A Sr<sup>a</sup> Vereadora Manuela Cunha disse: «Voto contra e faço voto de vencido, não que ponha em dúvida o resultado da Comissão, mas por considerar que a avaliação dos critérios de ponderação demonstra claramente que o Caderno de Encargos na base do concurso era manifestamente impossível de cumprir. Como já afirmei anteriormente, porque considero que a composição do júri não tinha competência adequada para avaliar a qualidade da proposta do ensino do inglês, visto que nenhum membro do júri está especificamente formado para o ensino dessa matéria. Aliás, no debate do Caderno de Encargos, o Sr. Vice-Presidente, face a uma crítica minha, ainda abriu a possibilidade de convidar colegas dessa área para dar aconselhamento técnico. No entanto, quero dizer que qualquer que fosse o resultado do concurso, caso fosse a Edutec a ganhar, a minha posição seria exactamente a mesma. O que está em causa não é o facto de uma empresa ganhar sobre a outra, visto que as questões se colocariam da mesma forma».

-----O Sr. Vice-Presidente respondeu à Sr<sup>a</sup> Vereadora que enquanto Presidente do Júri e face à documentação apresentada por ambos os concorrentes, entendeu a Comissão ter competência

científica e pedagógica para analisar as propostas, dado que é constituída por dois professores com larga experiência na matéria.-----

-----O Sr. Vereador Pedro Pisco dos Santos declarou: «Voto contra e faço voto de vencido dado que a empresa adjudicatária não apresentou a lista dos professores que irão leccionar a língua inglesa, o que dá a ideia que a empresa só agora irá recorrer ao mercado para recrutar docentes para o ensino da língua inglesa. Como qualquer estabelecimento de ensino ou entidade prestadora de serviços desta natureza, o conhecimento do corpo docente é extremamente importante para avaliar a qualidade do ensino prestado. Apesar de considerar que a língua inglesa é uma actividade fundamental para as crianças e jovens do Concelho, o critério avaliação curricular deveria ter merecido ponderação maior na Análise das Propostas. Em todo o caso, considero que esta situação se insere num problema maior, que é o facto de existirem professores com horários zero ou incompletos, afectos ao Ministério da Educação e a administração autárquica tenha de recorrer a serviços duma empresa privada, quando o próprio Estado tem recursos humanos disponíveis. Certamente, espero eu, que o Governo socialista pondera a possibilidade de permitir a mobilidade dos professores».-----

-----LOCAÇÃO FINANCEIRA DE VIATURA DE RECOLHA DE RESÍDUOS SOLIDOS URBANOS - Foi presente a proposta de Cimpomóvel - Veículos Pesados, SA, propondo-se fornecer uma viatura de recolha de resíduos sólidos urbanos, da marca Scania, com superestrutura Basrio e caixa Eureco, de quinze metros cúbicos de capacidade, pelo preço de cento e três mil seiscentos e quarenta euros, a que acresce o IVA.-----

-----O executivo deliberou aceitar esta proposta e abrir concurso para efectuar a locação financeira da mencionada viatura.-----

-----  
-----

-----5 - DELIBERAÇÕES DIVERSAS-----

-----PROJECTO ABRAÇAR - O Sr. Presidente apresentou o Projecto Abraçar, que a Igreja Evangélica Assembleia de Deus, de Almeirim, pretende implementar, na sequência do projecto Café Convívio, que desde há cinco anos tem apresentado bons resultados no apoio a toxicodependentes e outros indivíduos em situação crítica. Este projecto visa alargar a sua actividade às famílias como um todo, para o qual necessita de um espaço maior que o anteriormente arrendado e para o qual beneficiava do apoio da autarquia.-----

-----A Sr<sup>a</sup> Vereadora Manuela Cunha disse que concorda totalmente com o apoio à Igreja Evangélica, que tem desenvolvido um trabalho muito útil à comunidade. E referiu que nos subsídios anuais aprovados na última reunião não constava esta entidade.--

-----O Sr. Presidente respondeu que esses são destinados a instituições culturais e desportivas e não englobam os apoios no âmbito da solidariedade social.-----

-----A Câmara deliberou atribuir o subsídio mensal de trezentos e setenta e cinco euros, para o fim indicado.-----

-----A Sr<sup>a</sup> Vereadora Manuela Cunha propôs o agendamento para a próxima reunião, dos subsídios anuais a atribuir, com o que o executivo concordou.-----

-----CONTRACÇÃO DE EMPRÉSTIMO DE € 151.823,00 - Foram presentes as propostas das entidades bancárias abaixo indicadas, com destino à contracção pelo Município de um empréstimo de médio/longo prazo, no montante de cento e cinquenta e um mil oitocentos e vinte e três euros. Todos os bancos propõem uma taxa de juro variável associada à Euribor a seis meses, acrescida do spread do seguinte valor: Banco Espírito Santo, SA - zero, vírgula, zero noventa por cento; Millennium, bcp - zero, vírgula, cem por cento; Banco BPI, SA - zero, vírgula, cento e vinte e cinco por cento; Caixa Geral de Depósitos, SA - zero, vírgula, cento e quarenta e quatro por cento; e Banco Santander Totta, SA - zero, vírgula, duzentos por cento.-----



-----Conclui o Chefe de Repartição afigurar-se como mais conveniente a proposta do Banco Espírito Santo, SA, pelo que a Câmara deliberou contratualizar com este banco o referido empréstimo.-----  
-----  
-----

-----1 - OBRAS PARTICULARES-----

-----LOCALIZAÇÃO DE ESTABELECIMENTO - Foi presente o requerimento de Plus Discount Supermercados, Lda, com vista ao licenciamento de um supermercado, na Rua do Matadouro, em Almeirim.-----  
-----

-----A Srª Vereadora Manuela Cunha perguntou se o previsto estabelecimento ficará entre a Gova e o Modelo, frente à subestação da EDP e salientou considerar que estamos a ter uma sobrecarga de hipermercados e não sabe se trarão benefícios à população, pelo que devíamos ponderar o que se faz ao comércio tradicional. E perguntou se este novo estabelecimento tem estacionamento suficientes, ao que o Sr. Presidente respondeu que tem os obrigatórios por lei.-----  
-----

-----Submetido a votação o pedido de autorização de localização de um estabelecimento Plus, foi o mesmo aprovado por maioria, com a abstenção da Srª Vereadora Manuela Cunha.-----  
-----  
-----

-----5 - DELIBERAÇÕES DIVERSAS-----

-----PROTOCOLO DE PARCERIA PARA PROJECTO DE MODERNIZAÇÃO DO COMÉRCIO DE ALMEIRIM - O Sr. Presidente apresentou uma proposta de Protocolo a celebrar entre esta Câmara e a Associação Comercial e Empresarial de Santarém, com vista a produzir eventos destinados a promover o comércio tradicional do centro urbano da cidade, num projecto com a duração de doze meses, com o custo global de noventa e nove mil novecentos e noventa e nove euros e para o qual o Município comparticipará com quarenta e quatro mil cento e setenta e quatro euros e dez cêntimos.-----  
-----

-----A Srª Vereadora Manuela Cunha perguntou se os comerciantes

de Almeirim foram ouvidos e estão envolvidos neste processo.-----

-----O Sr. Presidente respondeu que vão ser convidados para a apresentação deste programa, elaborado pela Associação de que são agremiados.-----

-----A Sr<sup>a</sup> Vereadora Manuela Cunha disse que a Câmara nunca devia assinar um protocolo com uma entidade que vai beneficiar através destes comerciantes seus associados. Neste processo não foram ouvidos os principais visados e só mais tarde, sócios ou não, são confrontados com o facto. Os comerciantes de Almeirim podem ter uma opinião diferente de um projecto onde a Câmara vai gastar mais de quarenta e quatro mil euros.-----

-----O Sr. Presidente respondeu que desde há algum tempo a Câmara tem procurado implementar programas que animem o comércio tradicional, o qual tem um lugar próprio e necessita de incentivo, e, por se encontrar mais concentrado numa zona da cidade, permite uma maior objectividade. O facto do projecto no âmbito do Sistema de Incentivos a Projectos de Modernização do Comércio ter sido aprovado permitirá implementar, na prática, algumas medidas necessárias e até agora impossíveis de concretizar. Por isso, põe à consideração do executivo a assinatura do referido Protocolo, com a assunção do encargo correspondente.-----

-----A Câmara deliberou, por maioria, assinar o protocolo proposto.-----

-----Absteve-se a Sr<sup>a</sup> Vereadora Manuela Cunha, que ditou a seguinte declaração de voto: «Abstenho-me por considerar que qualquer programa que vise animar o comércio, devia sempre ter por base um diálogo prévio com os comerciantes, para saber se este processo se adequava às suas necessidades e se era necessária a animação. Considero tanto mais importante quando a questão envolve verbas da Câmara Municipal relativamente elevadas e quando ela só vai intervir numa pequena zona de comércio de Almeirim».-----

-----  
-----

-----Não se encontrando cumprida a Ordem de Trabalhos, o Sr. Presidente propôs «que a reunião termine agora e os pontos por discutir passem para uma próxima reunião, porque as nossas reuniões de Câmara são uma feira de vaidades, repletas de declarações de voto que em nada contribuem para resolver os problemas dos munícipes nem do Concelho e que só servem para vincar opiniões pessoais. Esta é a minha posição, porque nesta reunião as declarações de voto ocuparam mais de duas horas».

-----O restante executivo concordou.

-----Às dezoito horas e cinco minutos o Sr. Presidente declarou encerrada a reunião.

-----E eu, \_\_\_\_\_, Chefe de Repartição da Câmara Municipal de Almeirim, elaborei a presente acta que lavrei e subscrevi.

O Presidente da Câmara,

A Chefe de Repartição